



AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DEBATE: UM ESTUDO TEÓRICO

BARBOSA, Flavia Danieli de Souza¹; GOMES, Fernanda Gonçalves²; SANTIAGO, Daniela Emilena³; MARTINS, Aline Manfio⁴

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi realizar uma discussão a respeito do papel da avaliação nos processos de educação formal, considerando, para tanto a avaliação voltada para a educação especial e inclusiva. Para a construção do presente texto, no entanto, nos pautamos em teóricos que discutem, contemporaneamente, a avaliação e a avaliação na educação especial e inclusiva. Concluímos que é basal repensarmos a avaliação e sua aplicabilidade na educação especial tanto para analisar o desenvolvimento dos alunos quanto para viabilizar sua inclusão ao sistema formal de ensino.

Palavras-chave: Avaliação. Educação. Inclusão.

ABSTRACT

The aim of the present study was to discuss the role of evaluation in formal education processes, considering, for this purpose, the evaluation focused on special and inclusive education. For the construction of the present text, however, we are guided by theorists who discuss, at the same time, the evaluation and evaluation in special and inclusive education. We conclude that it is essential to rethink the evaluation and its applicability in special education, both to evaluate the students' development and to enable their inclusion in the formal education system.

Keywords: Evaluation. Education. Inclusion

¹ Flavia Danieli de Souza Barbosa é Pedagoga, Diretor de Escola na rede municipal de educação de Assis-SP. Coordenadora e Docente do curso de Pedagogia da UNIP, Assis. Mestre em Educação pela Unesp, Marília e Doutoranda pela mesma instituição. Realiza estudos na área de gênero, violência contra crianças e adolescentes, inclusão educacional e gestão educacional. E-mail: flaviadanis@ig.com.br

² Fernanda Gonçalves Gomes é graduada em Pedagogia pela Unip, campus Assis e mestranda em Educação pela Unesp de Marília. Atualmente é professora substituta da rede de educação de Assis. Realiza pesquisas na área de gênero e educação comparada. E-mail: fergomes2308@gmail.com

³ Daniela Emilena Santiago é Assistente Social, docente dos cursos de Psicologia e Pedagogia da Unip, campus Assis-SP. Mestre em Psicologia e História pela Unesp e Doutoranda em História pela Unesp, Assis. Desenvolve pesquisas na área de gênero, violência, políticas sociais, desenvolvimento infantil e religião. E-mail: santiago.dani@yahoo.com.br

⁴ Aline Manfio é Pedagoga, docente do curso de Pedagogia da Unip, campus Assis-SP. Diretora de Escola pela Secretaria Municipal de Educação de Assis. Mestre em Educação pela Unesp de Assis-SP e Doutora em Educação pela Unesp de Assis-SP. E-mail: alinemanfio@msn.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo adveio do desejo dos autores em realizar uma reflexão a respeito da questão da avaliação, em especial a avaliação voltada à educação especial. Considerando que atualmente as Bases Nacionais Curriculares Comuns indicam a necessidade de realização de avaliação processual junto aos alunos inseridos em rede regular, destacando ainda a necessidade de respeito ao estágio de desenvolvimento dos alunos, nos perguntamos em que medida esses postulados podem ser usados como referências para a avaliação do aluno inserido em educação especial?

Assim, ao pensarmos no sentido da inclusão e considerando também que há necessidade de acompanhar o aluno potencializando-o na aquisição de habilidades e competências temos como ponto pacífico de que a avaliação junto aos alunos da educação especial é necessária. Somente por meio da avaliação processual é que se torna possível identificar a construção de habilidades e competências por parte dos alunos inseridos na educação especial, e, perante a isso planejar as ações a serem desenvolvidas com esses alunos de forma a mediar o conhecimento e o seu desenvolvimento. Por outro lado, uma avaliação mal conduzida pode também resultar em ações de planejamento frágil, comprometendo o desenvolvimento dos alunos de forma negativa.

Apesar de não apresentarmos, nesse artigo, pesquisas de campo e que nos permitam estabelecer contato com a realidade concreta da educação especial nesse momento, consideramos que o tema é extremamente pertinente e necessário ao cenário pedagógico atual. Isso porque vivemos um momento em que é basal a reflexão sobre aspectos ligados à inclusão. Além disso, é extremamente necessário e vital a realização de estudos teóricos que nos impulsionem a pensar formatos diferenciados de avaliação, sobretudo a avaliação desenvolvida junto a alunos da educação especial. Esperamos, por outro lado, contribuir, por meio desse artigo, com demais profissionais que atuem junto a avaliação de alunos e a avaliação de alunos inseridos na educação especial.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, posto que o presente manuscrito foi elaborado a partir da leitura de autores contemporâneos e que possuem vasta produção relacionada ao tema. A análise apresentada nos permitiu compreender os diversos pontos de vista sobre a avaliação na educação especial, ampliando assim a nossa compreensão sobre o tema. A estrutura do artigo, entretanto foi organizada com o objetivo de apresentar aos

leitores informações sobre a avaliação e sobre a avaliação na educação especial.

2. A AVALIAÇÃO E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabemos que a avaliação dos alunos inseridos em um processo educacional era utilizada somente como forma de se verificar o que o aluno aprendeu do conteúdo exposto durante as aulas ministradas pelo professor. Esse formato de avaliação, mais usado no formato tradicional de ensino, considera o rendimento do aluno frente ao formato de avaliação usado. Via de regra, a avaliação é realizada por meio de uma prova em que são auferidos os conhecimentos do aluno sobre determinados assuntos (HOFFMANN, 2001).

Entretanto, as mudanças na compreensão a respeito do desenvolvimento da Pedagogia e do próprio processo de desenvolvimento da aprendizagem alteraram o formato das relações firmadas entre alunos e professores, além das questões relacionadas à didática e metodologia das aulas. Dessa forma, a partir dos anos 90, no Brasil, observamos significativas mudanças propostas por teóricos e mesmo pela legislação propomos alterações no processo de aprendizagem. Dentre elas, temos os aspectos relacionados a avaliação que, passa a ser compreendida como algo necessário porém que não deve ser realizado de forma tradicional e visando apenas quantificar erros e acertos dos alunos. Partindo dessa perspectiva diferenciada sobre o processo pedagógico surgem outros formatos de avaliação, dentre os quais a diagnóstica, também chamada processual. Nesse formato de avaliação o professor utiliza como ponto de partida para a avaliação do chamada: “sondagem” em que o professor realiza um mapeamento do estágio de desenvolvimento vivenciado pelos alunos. Isso permite identificar os conhecimentos e habilidades que o aluno já possui, bem como as possíveis dificuldades que são apresentadas pelos alunos. Assim, o primeiro passo proposto na avaliação em questão é a realização dessa sondagem e a partir disso é possível realizar um planejamento de ações futuras junto aos alunos, orientando o processo pedagógico e o processo avaliativo.

Obviamente que em casos especiais, sobretudo junto a avaliação desenvolvida junto a educação especial é também necessário o laudo médico. Nesse sentido, há casos específicos em que o trabalho pedagógico, incluindo a avaliação, deve ser organizado de forma conjunta com a análise médica. Ou seja, caso exista um aluno com alguma patologia específica, o professor precisa ter essa informação. Segundo Fernández (1991), o diagnóstico pedagógico, muitas vezes, precede ao diagnóstico médico, pois o professor pode avaliar constantemente o comportamento do aluno, podendo notar características que

julga dignas de uma avaliação médica. Claro que o professor não irá determinar o diagnóstico médico do aluno, mas ele poderá encaminhar e orientar a família a procurar por especialistas.

Porém esse diagnóstico precisa ser feito com muita cautela, pois o mesmo pode limitar o aluno de forma substancial. Weiss (1997) fala sobre isso:

[...] não se podem desconsiderar as relações significativas existentes entre a produção escolar e as oportunidades reais que determinada sociedade possibilita aos representantes das diversas classes sociais. Assim, alunos de escolas públicas brasileiras provenientes das camadas de mais baixas renda da população são frequentemente incluídos em classes escolares especiais, considerados pertencentes ao grupo e possíveis deficientes mentais, com limites e problemas graves de aprendizagem. Na realidade, faltam-lhes oportunidades de crescimento cultural, e rápida construção cognitiva e desenvolvimento de linguagem que lhes permita maior imersão num meio letrado [...]. (p.16)

Portanto o cuidado para analisar alguma necessidade especial do aluno é imprescindível. A análise médica, expressa em laudo, por outro lado, permite o acesso do aluno a determinados direitos, dentre os quais o direito do aluno em ser acompanhado por um professor auxiliar. Essa avaliação, que demanda o saber médico, o laudo médico, é importante para que o professor consiga identificar parâmetros de atuação junto ao aluno.

A avaliação diagnóstica pedagógica no entanto, é imprescindível, para todos os alunos, pois será o ponto de partida do professor para desenvolver seu trabalho. Pensando de forma coletiva na sala de aula, mas tendo em vista a dificuldade particular de cada aluno.

Ainda nos dias atuais:

[...] observamos que a tarefa diagnóstica, tanto em nível institucional como privado, carece de operatividade, transformando-se muitas vezes em oráculo que determina discriminatoriamente o futuro intelectual de uma criança, quando não em um calmante de ansiedades e em disfarce de ineficiência de certos profissionais e docentes, a partir da pseudotranquilidade que outorgam os rótulos do tipo: “debilidade mental”, “problema de aprendizagem de ordem orgânica”, “hipercinesia”, etc. Ainda no melhor dos casos pode chegar e transformar-se em mais uma marca, para um indivíduo a quem permanentemente se examina, se mede, e a quem poucos escutam. (FERNÁNDEZ, 1991, p.24)

Figura ainda como uma proposta de avaliação processual aquela em que, segundo Weiss (1997) os conhecimentos e as habilidades adquiridos pelo aluno durante um determinado período. Assim, nesse formato, considera-se tudo aquilo que o aluno conseguiu construir durante um determinado período e não apenas os resultados obtidos em uma avaliação. Um local atrativo, rico em estímulos, favorece o desenvolvimento

democrático do cognitivo de todos os alunos. Haja vista que, cada vez que se aprende e convive no ambiente favorecedor, o aluno reforça seu aprendizado. Esses aspectos influem também no desenvolvimento dos alunos e trazem impacto na avaliação processual.

Mas, é quando pensamos na avaliação junto a alunos inseridos na educação especial? Bem, é necessário inicialmente destacar o que compreendemos como alunos que podem ser inseridos na educação especial. Segundo Magalhães (2003), alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos e surdos-cegos), deficiência física não-sensorial (paralisia cerebral, por exemplo), deficiência mental, deficiências múltiplas se enquadram como alunos com necessidades especiais. Ainda soma-se a esse grupo os alunos com altas habilidades (superdotação) que necessitam de currículo diferenciado para determinados pontos que compreendem suas altas habilidades. No sentido em pauta, vemos que o aluno com necessidades especiais não deve ser compreendido como um aluno com problema, mas sim, como um aluno diferenciado em relação aos demais (BRASIL, 2005).

Quanto a legislação que pensa a educação das crianças com necessidades especiais, temos a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) em que temos:

Art. 6º Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com: I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema; III - a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (p.70)

Ou seja, vemos que a avaliação proposta não provém de apenas um profissional, mas sim de profissionais que prestem assessoria técnica. Vemos ainda que todos os profissionais da educação devem colaborar com a realização dessa avaliação, porém, indica-se a necessidade de um setor da educação especial responsável pela avaliação dos alunos da educação especial. No caso, indica-se ainda como necessária a colaboração da família para a avaliação na educação especial, assim como dos serviços públicos necessários.

No aspecto da realização diagnóstica junto ao aluno inserido na educação especial temos a indicação quanto a necessidade de que a equipe que realizará a avaliação para que a mesma possa construir seus próprios instrumentais de análise. Isso porque como sabemos a

avaliação diagnóstica deve ser sistematizada. Além disso, durante o processo de avaliação do aluno que está vinculado à educação especial é necessário que o profissional que o avalia também recorra a instrumentais nos quais fará o registro de seus estudos. Nesse sentido, esses instrumentais devem viabilizar ao professor a compreensão dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelos alunos ao longo de seu processo formativo (BRASIL, 2005).

São apresentadas como propostas de instrumentais para a realização da avaliação do aluno:

[...]diários de classe, relatórios, fichas ou similares contendo indicadores, os avaliadores registram suas observações para analisá-las em equipe da qual os professores devem fazer parte, sempre. Os questionários também têm sido usados como instrumento de coleta de dados [...] (BRASIL, 2005, p.40).

São instrumentos, como podemos ver, que já integram o cotidiano dos professores no espaço pedagógico. Para tanto, os registros contidos nesses elementos, nesses instrumentais só permitem a avaliação do desenvolvimento do aluno da educação especial se foram precedidos por uma cuidadosa observação por parte do avaliador. Assim, não há sentido a elaboração de diários de classe, relatórios, fichas ou mesmo de questionários se tais instrumentais não forem acompanhados de uma rigorosa observação por parte do avaliador. Por conseguinte, é lícito supor que a observação é uma técnica que confere concreticidade aos instrumentais utilizados pelo professor.

Toda observação deve, no entanto, ser registrada pelo professor nos instrumentais utilizados e deve estar orientada por objetivos pedagógicos a serem alcançados caso a caso. Essa avaliação, pode ser realizada por uma equipe com essa função ou pode então ser desenvolvida pelo professor vinculado à sala de aula desde que o mesmo possua condições para tal. No entanto, não se restringe a observação dos alunos no espaço da sala de aula, e, sobretudo não pode estar condicionada a avaliação somente de atividades desenvolvidas pelos alunos em tal espaço. Deve portanto, comportar observação de atividades desenvolvidas fora do espaço da sala de aula, comportando ainda a socialização do aluno com demais alunos, com trabalhadores. Assim, a avaliação só pode contemplar a totalidade dos processos em que o aluno está inserido se contemplar todos esses espaços.

São destacadas como referências para a realização dessa avaliação na educação especial:

- a análise da produção escolar dos alunos, usando-se como fontes seus cadernos, folhas de exercícios, desenhos e outros trabalhos que realiza em sala de aula, sem perder de vista a necessidade de contextualizá-los;

- a análise de documentos pois eles permitem conhecer a orientação filosófica, a base teórica e operacional sobre as quais a escola se organiza e se planeja;
- entrevistas, igualmente complexas, mas necessárias. Importante descaracterizá-las como obtenção de dados de pesquisa pois, como comentado anteriormente, há uma diferença teórico-metodológica entre as práticas de pesquisa e as de avaliação. Sob esse prisma a entrevista deve ocorrer em clima de solidariedade, sob a forma de relações dialógicas entre avaliador e avaliado. Espera-se que ambos estejam compartilhando informações para o mesmo objetivo;
- Inúmeras são as “fontes” para as entrevistas, educadores, gestores da escola, funcionários como merendeiras, familiares e os próprios alunos. As entrevistas podem ser dirigidas ou não, sempre seguidas de registro (BRASIL, 2005, p.41)

Ou seja, a avaliação comporta o estudo da produção dos alunos, os documentos produzidos no processo pedagógico pelas escolas e por docentes, e, pode se apoiar também em entrevista que podem ser desenvolvidas com os alunos, suas famílias e demais profissionais que participam do processo pedagógico.

Partindo desse entendimento, vemos ainda que a avaliação deve incorporar três aspectos básicos, sendo esses: o contexto educacional, o aluno e a família. Ou seja, toda avaliação realizada junto aos alunos inseridos na educação especial deve também considerar os dispositivos pedagógicos que o aluno possui a sua disposição. Nesse sentido, os recursos disponíveis, toda a estrutura e tudo aquilo que pode influenciar o desenvolvimento do aluno de forma positiva ou negativa deve ser considerado como influente no desenvolvimento do aluno. O aluno em si, suas especificidades, e, se acaso possuir alguma patologia confirmada também deve ser considerado. O aluno deve ser considerado em sua totalidade.

E, por fim, a família, destacando-se qual é o contexto em que esse aluno está inserido. Isso porque todos esses aspectos influenciam no desenvolvimento do aluno, e, se os depreciamos não conseguimos realizar uma avaliação que seja, de fato eficiente (BRASIL, 2005). Por conseguinte, vemos que a avaliação na educação especial é algo extremamente válido e necessário. A avaliação tem a potencialidade de identificar o atual estágio de desenvolvimento do aluno permitindo assim o planejamento de ações futuras junto aos alunos. Além, disso, vemos que a avaliação, na perspectiva dos autores e também do material oficial não está restrita a formatos tradicionais mas pressupõe o entendimento de que o desenvolvimento do aluno e de sua aquisição de habilidades e competências deve sempre ser considerado como elemento basal para a sua avaliação e não deve estar restrito a elementos formais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que vivenciamos mudanças no entendimento do processo pedagógico uma vez que temos indicações de autores e das referências do Estado que primam por atividades pedagógicas mais humanas e assentadas na construção do conhecimento. Nesse sentido, a maneira de avaliação também passa a ser compreendida de uma maneira diferenciada. Assim, a avaliação defendida por estudiosos como os que citamos nesse artigo assim como pelas referências conferidas pelo Ministério da Educação nos indicam a necessidade da avaliação do aluno ser estruturada para além de provas.

No caso específico da educação especial observamos ainda que há elementos que devem ser considerados durante a realização da mesma. Dentre esses elementos podemos constatar que há instrumentos de registro dos dados observados que precisam ser usados por aqueles que avaliam os alunos e que o principal elemento que baliza essas análises é a observação cuidadosa e atenta. Constatamos ainda que essa avaliação precisa considerar o aluno, o espaço pedagógico e também a família em que o aluno está inserido. Nesse sentido, uma avaliação de um aluno inserido na educação especial pressupõe a vinculação com parâmetros diferenciados de se compreender o processo pedagógico assim como de entender a avaliação de forma distinta. Em tal formato a avaliação é usada para impulsionar o desenvolvimento do aluno e não apenas como uma forma de quantificar seus erros e acertos auferidos em uma prova, por exemplo.

Esperamos que esse artigo motive todos aqueles que atuam no espaço pedagógico, sobretudo os avaliadores e professores que se relacionam com alunos inseridos na educação especial. De nossa parte ainda consideramos vital a reflexão e crítica constante das bases sob as quais atuamos. Esse processo só é possível por meio do estudo, da reflexão e de muita pesquisa em torno do tema em questão. Esse artigo representa, a nosso ver, um passo inicial na direção da produção do conhecimento, algo que, no entanto não pode ser esgotado no mesmo mas que evoca a necessidade de outros estudos complementares e mais aprofundados.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 2005.

FERNÁNDEZ, A. **A Inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LAGE, A. M. V. O Portador de condutas típicas. In: MAGALHÃES, R. C. B. P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **EccoS Revista Científica**: Uninove, São Paulo, v. 4, n.2, p.79-88, dez./2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71540206.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MAGALHÃES, R. C. B. (Org.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

WEISS, M.L.L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.